

Memória, arquivo e crítica: Mariza Corrêa e a antropologia em perspectiva

A história da antropologia era, enfim, uma história emocionante: quanto mais sabíamos, mais queríamos saber. Ao mesmo tempo, percebíamos, ou intuíamos, que boa parte das histórias que íamos ouvindo eram, paradoxalmente, histórias para não serem contadas: algumas histórias de amor e morte, outras histórias de pequenas intrigas de bastidores. [...] Como me disse uma colega de métier uma vez: “E isso importa?” Importa, creio que importa saber o quanto as pessoas que são parte de nossa história não são personagens descarnados, mas são pessoas como nós, sujeitas às mesmas pressões de seu tempo, envolvidas nas mesmas teias de amizade-parentesco-dívidas acadêmicas nas quais nós nos envolvemos. Ainda que boa parte de nossas histórias não possa ser contada, elas ajudam os pesquisadores a emprestar significado às histórias contadas, a entender melhor certos movimentos dos personagens (Corrêa, 2006c, p. 35).

Foi dessa forma que Corrêa relatou as histórias ouvidas e contadas no Projeto História da Antropologia no Brasil coordenado por ela na Unicamp, e que a consolidou como uma das principais referências nesse campo de estudos no país. Da mesma forma como as tantas trajetórias que conheceu e compartilhou, conhecer mais sobre sua própria vida nos ajuda não apenas a entender como se desenvolveu seu trabalho e seus interesses de pesquisa, mas também as instituições, os contextos antropológicos desse período e outras histórias envolvidas nesse processo.

O segundo capítulo do livro dá continuidade à trajetória intelectual de Mariza Corrêa, acompanhando os desdobramentos de sua atuação a partir do início do PHAB e os projetos que desenvolveu até o final de sua vida. A partir dessa iniciativa, a antropóloga lançou luz sobre figuras centrais e esquecidas da antropologia brasileira, evidenciando os vínculos entre as várias formas de contar as histórias da disciplina. Aqui, mais do que trazer à tona figuras esquecidas pela história oficial da disciplina, estava em foco interrogar a própria lógica dos silenciamentos e invisibilidades que marcaram a consolidação do campo. E, principalmente, refletir sobre o que podemos fazer a partir desse novo conhecimento.

História da antropologia no Brasil: projetos, arquivos e memória disciplinar

Clifford Geertz estava argumentando em favor de utilizar o método antropológico para o estudo das chamadas “comunidades científicas”: uma vez que os intelectuais contemporâneos vivem em bandos, conhecem-se razoavelmente bem uns aos outros, empregam uma linguagem comum e têm uma carreira determinada por certas regras, por que não estudá-los do mesmo modo que os antropólogos estudaram os Azande ou os Zulus? (Corrêa, 2013b, p. 15).

Foi em virtude da temática de sua tese de doutorado e da transferência de Manuela Carneiro da Cunha, então professora do Departamento de Antropologia da Unicamp, para a USP, que Corrêa foi convidada para assumir a coordenação do PHAB, então dirigido por sua colega. Enquanto ainda atuava como professora na Unicamp, Carneiro da Cunha conseguiu aprovar um projeto junto à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) para registrar a memória da disciplina no país. Assim, em 1984 o PHAB foi iniciado.

Segundo Corrêa (2013b), apesar de o projeto ter objetivos mais modestos do que Geertz estava propondo, era “reconfortante” saber que havia um eco dos interesses e das formas metodológicas que estavam em voga no Norte e no Sul global. Com isso, a antropóloga antecipava que a história da antropologia que pretendia contar estava diretamente ligada ao próprio fazer antropológico e às preocupações teóricas sobre as quais a disciplina se debruçava.

Em um primeiro momento, o PHAB tinha objetivos “modestos”, como ela mesma os caracterizou: entrevistar algumas das pessoas pioneiras da antropologia no país, em um curto período de trabalho (cerca de um semestre letivo), com a intenção de registrar e publicar essas entrevistas. Essas figuras eram costumeiramente chamadas carinhosamente de “velhinhos” por Corrêa. No entretanto, as atividades ganharam novos contornos quando a antropóloga recebeu a sugestão de realizar disciplinas sobre a temática e incluir as alunas e os alunos, inicialmente de pós-graduação em antropologia social e posteriormente, de graduação em ciências sociais, no projeto de pesquisa. Em 1984, a dinâmica ocorreu de maneira mais rígida, com dois momentos definidos para a realização de entrevistas e realizados na universidade: uma atividade junto às e aos estudantes, gravada em áudio, e outra, com um público mais restrito, gravada em vídeo.¹ A partir de 1985, os depoimentos começaram a ser coletados em outras cidades e estados, o que levou ao deslocamento do grupo para a produção de novos depoimentos.

1 Essa dinâmica ocorreu principalmente nos primeiros anos do projeto e com as entrevistas realizadas na Unicamp. Quanto às gravações em vídeo, havia ainda mais variações: por exemplo, a entrevista com Egon Schaden foi gravada em uma área externa da Unicamp, apenas com Corrêa e o entrevistado (cf. Schaden, 1984); já o depoimento de Manuel Nunes Pereira (1893-1985) ocorreu em um auditório da universidade e contou também com a presença de outras quatro pessoas no palco, entre elas, Manuela Carneiro da Cunha.

Quanto às colaborações, além das discussões travadas nas disciplinas sobre o tema e da audiência em parte das iniciativas, alguns alunos e alunas de graduação e pós-graduação atuaram ativamente no projeto. Em alguns textos e documentos resultantes do PHAB (Corrêa, 2003c, 2006c; Corrêa; Mello, 2008), é possível citar o trabalho de alguns desses discentes: Adriana Piscitelli, Ana Luisa Mello e Silva, Andrea Ines Milesi, Beatriz Couto Porto, Carlos James dos Santos, Emilia Pietrafesa de Godoi, Fernanda Soares, Flávia Carneiro Leão, Francisco Tadeu Ribas Rosa, João Batista Cortez, José Augusto Laranjeiras Sampaio, Luiz Henrique Passador, Maria Helena Ortolan e Yeda Bocaletto.² Além disso, o PHAB impulsionou outras pesquisas, como é o caso de Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti (1954-). Como relata Corrêa (2003b), após a leitura da entrevista com Oracy Nogueira (1917-1996), realizada no âmbito do PHAB por Corrêa e Guita Grin Debert, Cavalcanti procurou o filho de Nogueira, já que ele havia falecido, e conseguiu recuperar seus documentos, o que resultou na organização de seu acervo, bem como na publicação de *Oracy Nogueira: esboço de uma trajetória intelectual* (Cavalcanti, 1995).

Com o tempo, ficou claro que a tarefa era muito mais complexa do que o inicialmente previsto, e o projeto começou a se expandir. Paralelamente ao trabalho de produção de depoimentos, o PHAB passou a receber acervos documentais e fotográficos. O antropólogo e médico maranhense Thales de Azevedo (1904-1995) foi o primeiro entrevistado e também contribuiu para o alargamento do projeto, ao indicar uma lista extensa

-
- 2 Na maior parte dos casos, não foi possível encontrar informações sobre a trajetória acadêmica das e dos estudantes após o projeto. Destaco, contudo, que atualmente Piscitelli e Godoi são professoras do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Unicamp; Leão atua como arquivista na mesma universidade; Cortez foi professor do Departamento de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Sampaio é professor da Universidade do Estado da Bahia; Passador é professor na Universidade Federal de São Paulo; e Ortolan é professora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Amazonas.

de pessoas que deveriam ser entrevistadas, assim como doou parte de sua correspondência. Dessa forma, o projeto, que começara a partir de um ponto em que se tinha pouca informação sobre o tema, ganhou novos contornos (temporais e geográficos), além de novas demandas e novos aportes financeiros (cf. Corrêa, 1985; Serafim, 2024). Novas disciplinas foram oferecidas sobre o tema, e estudantes passaram a desenvolver pesquisas na pós-graduação utilizando o material coletado. Surgiu, então, a necessidade de encontrar um lugar adequado para o armazenamento e preservação de diferentes suportes documentais.

Embora tenha havido um destaque para a antropologia produzida no Sudeste do país – especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, devido à maior concentração de projetos, pessoas e instituições já consolidadas na região –, Corrêa se esforçou para incluir também a história e a trajetória de figuras de outros estados. Para a autora, afinal, é fundamental destacar a importância da antropologia produzida nos estados da Bahia e de Pernambuco para o desenvolvimento e consolidação da disciplina no país.

Quanto à questão temporal, o PHAB inicialmente tinha como foco o período entre os anos de 1930 e 1960. Embora a antropologia no Brasil já fosse praticada antes da década de 1930, foi nesse período que fatores convergentes impulsionaram seu desenvolvimento, como a criação de instituições de ensino superior e a necessidade de profissionais com especialização. Nos anos subsequentes, houve um aumento significativo da produção antropológica no país e o desenvolvimento de grandes projetos de pesquisa. Nesse contexto, em 1955, foi criada a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), que cristalizou um “território antropológico” (Corrêa, 1985, p. 5) por meio de encontros e trocas entre as e os profissionais, estabelecendo regras e espaços coletivos para a divulgação de trabalhos. Essa consolidação, juntamente com uma mudança no cenário das políticas educacionais do país, possibilitou as transformações que marcaram o período seguinte. Com o passar do tempo, o PHAB passou a adotar como baliza final do período que compreenderia a pesquisa o final

da década de 1970, quando foram criados os primeiros quatro programas de pós-graduação em antropologia no país. A partir desse momento, a história da disciplina já era mais conhecida e analisada. Além disso, esse marco representa também uma transição na forma de fazer e estar na pesquisa, como salientou Corrêa (2013b, p. 108-109, grifo da autora):

Se até um certo momento os personagens dessa história estavam suficientemente distantes no tempo, ou no espaço, para serem, justamente, tratados como *personagens*, já no momento seguinte eles são *pessoas* – e pessoas muito próximas [...] aqui, como nas etnografias tradicionais, a pesquisadora sempre *sabe demais*. Sabe demais por ter se envolvido pessoalmente com parte dessa história, por conhecer duas ou três versões de um mesmo evento, por ter sido testemunha de episódios ou ter ouvido histórias que não pode contar [...] Não se trata mais, em suma, de uma história a ser recuperada [...] mas sim de uma história compartilhada.

Com a expansão cronológica do projeto, houve uma convergência entre o tempo vivido pela antropóloga e o tempo da pesquisa. Nesse sentido, sua participação passou a figurar de outra maneira, sendo também uma “protagonista das histórias que pretendia contar” (Tambascia; Rossi, 2018, p. 16), seja porque foi testemunha dos acontecimentos, seja porque conviveu temporariamente com os sujeitos da narrativa. Sua presença nesse período não anulava seu trabalho sobre o mesmo; ao contrário, a proximidade com os sujeitos pesquisados, entrevista nas relações estabelecidas com os mesmos, constituiu uma forma específica – e potente – de condução das reflexões sobre as histórias que reconstruiu. Ao mesmo tempo, essa posição também definia os limites e os distanciamentos possíveis em sua abordagem.

Produzir a história da disciplina não se resume a observar e narrar passivamente o passado; se trata também de um ato ativo de produção e de construção de narrativas e realidades sobre o período. Dessa forma,

quem produz, de que forma, com quais perguntas e materiais, impacta diretamente a história a ser contada e reivindicada. Esse é um aspecto que se tornará mais evidente ao se abordar o projeto subsequente ao PHAB, mas que já aqui merece ser ressaltado. As histórias da antropologia produzidas por Corrêa estão impregnadas de críticas que, embora não tentem apagar a história e as figuras que já estavam consolidadas, repensam a forma como olhamos e como as contamos.

Com a expansão do PHAB, ficou evidente que seria impossível cobrir todo o campo e registrar depoimentos de todas as pessoas reconhecidas como antropólogas que estavam vivas no país durante aquele período. Portanto, foi necessário estabelecer alguns critérios de trabalho. Nesse caso, se priorizou a realização de entrevistas com figuras menos conhecidas, especialmente devido à escassez de registros sobre as mesmas na época. Esse é o caso da ausência de depoimentos de Darcy Ribeiro (1922-1997) e de Gilberto Freyre, por exemplo. Ainda assim, no acervo de Corrêa é possível encontrar uma série de materiais produzidos por terceiros sobre esses personagens que o PHAB não abordou diretamente. Além disso, se tornou evidente que as figuras consideradas secundárias eram tão importantes para a história quanto aquelas vistas como centrais, já que “para se ter um Darcy Ribeiro, tem vários outros ali ao lado, como Heinz Forthmann, a Berta Ribeiro, o Pe. Friel” (Corrêa, 2003b, p. 120).³

Em termos de investimentos, além da FAPESP, o PHAB recebeu recursos da própria Unicamp, por meio de seu Fundo de Apoio à Extensão e Pesquisa (FAEP), mas também de agências federais, como do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). É importante destacar que, apesar do aumento de verbas e da ampliação da execução do projeto, os recursos não foram suficientes para abarcar todo o material produzido e

3 Heinz Forthmann (1915-1978), Berta Gleizer Ribeiro (1924-1997), Protásio Friel (1912-1974).

recuperado. Essa é uma das razões pelas quais é possível falar sobre seu ano de início, mas não sobre seu ano de encerramento, uma vez que Corrêa deu continuidade a esse trabalho concomitantemente à sua atividade profissional na Unicamp. Ainda assim, seus esforços produziram um vasto material, parte do qual permanece, até hoje, inédito e/ou aguardando uma organização técnica e de pesquisa mais detalhada. O PHAB e o trabalho de Mariza Corrêa seguem impulsionando, até os dias de hoje, uma agenda de pesquisa na Unicamp voltada a essa temática, que busca dar continuidade aos interesses e ao legado por ela iniciados. Podemos citar duas iniciativas relevantes: o projeto “História da Antropologia no Brasil Revisitada: Arquivo da Disciplina”⁴ e o projeto “Historiografia da Antropologia”.⁵

Para além da Unicamp, o trabalho de Corrêa sobre história da antropologia no país se desenvolveu paralelamente a outras importantes iniciativas relativas à temática, situadas no mesmo contexto temporal. Se destaca, em particular, o projeto “História das Ciências Sociais no Brasil”, coordenado por Sergio Miceli (1945-2025) no Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos (IDESP), que teve início em 1987 (cf. Miceli, 1989, 1995).

-
- 4 A iniciativa foi coordenada por Christiano Key Tambascia (1976-) entre 2014 e 2017 e contou com financiamento da FAPESP, por meio do auxílio intitulado “Constituindo arquivos: a produção da memória para a história da antropologia através do colecionismo de Nimuendaju e Fagg”. O projeto tinha como objetivo retomar a produção do acervo da história da antropologia no Brasil, iniciada por Corrêa na Unicamp, contribuir para a reflexão sobre a constituição da disciplina antropológica no Brasil e promover a constituição e a organização de acervos (ver Lassali; Serafim; Tambascia, 2018).
 - 5 O projeto foi coordenado por Luís Felipe Sobral e também contou com financiamento da FAPESP. Realizado entre 2019 e 2025, a iniciativa teve como objetivo consolidar uma linha de pesquisa sobre a temática, promovendo investigações sobre as múltiplas histórias da antropologia que, ao mesmo tempo, refletiam sobre sua própria escrita e sobre as razões de produzi-las. Dentro dessa proposta, se reuniram diferentes pesquisas que trabalham com acervos do PHAB, bem como outros acervos antropológicos (ver Aguiar, 2022, 2023; Alves Pinto, 2024; Cassalho, 2023; Fonseca, 2024; Serafim, 2021, 2022, 2023a, 2023b, 2024, 2025; Sobral, 2023; Tomaz, 2026).

Esse projeto reuniu pesquisadoras e pesquisadores de diferentes áreas das ciências sociais e em distintos momentos de suas carreiras acadêmicas, com o objetivo de “fazer uma sociologia intelectual e uma história social do campo das ciências sociais, de seu processo de institucionalização, de seus atores e de sua produção” (Pontes; Rosatti; Reis, 2020, p. 115). Corrêa também foi uma das colaboradoras dessa iniciativa. O projeto resultou em publicações de grande relevância, sendo uma das principais a coletânea *História das ciências sociais no Brasil* (Miceli, 1989, 1995), dividida em dois volumes. Esses estudos abordaram a trajetória das ciências sociais brasileiras, com ênfase no contexto paulista, desde suas origens até o fortalecimento das mesmas como campo disciplinar, analisando instituições como a USP e a Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

No que diz respeito à produção de pesquisas individuais, ainda que com objetivos distintos, podem ser destacados os trabalhos de Julio Cezar Melatti (1938-), *Antropologia no Brasil: um roteiro* (1983); de Mariza Peirano (1942-), *Anthropology of anthropology: the Brazilian case* (1981); e de Roberto Cardoso de Oliveira, *Sobre o pensamento antropológico* (1988). Dos três autores mencionados, Melatti (2007) é o único que não se dedicou diretamente a uma pesquisa voltada à história da antropologia, embora seu texto seja amplamente conhecido e citado até os dias de hoje. Essa iniciativa foi inicialmente elaborada para estudantes de Introdução à Antropologia da UnB e, posteriormente, foi publicada em periódicos. Trata-se, portanto, de um texto com o objetivo de apresentar um panorama geral da disciplina, considerando as necessidades e demandas do curso ofertado pela universidade, e abordando também outras áreas, como arqueologia, linguística e antropologia física.

Já o trabalho de Peirano (1991) é fruto de sua tese de doutorado, desenvolvida na Universidade de Harvard. Nesse caso, o foco recai sobre a antropologia social brasileira, mas a partir de uma discussão estimulada pelo trabalho do antropólogo francês Louis Dumont (1911-1998) sobre “comunidades de antropólogos e a ideologia envolvente” (Peirano, 1992, p. 10).

Sua pesquisa teve como objetivo analisar a antropologia feita no Brasil, bem como o trabalho de seis antropólogos brasileiros, tomados como um caso etnográfico, utilizado para refletir sobre a prática de intelectuais e as ideologias que norteavam suas atividades profissionais – sendo o ideal de construção nacional (*nation-building*) um elemento fundamental de reflexão nesse caso específico.

No caso de Roberto Cardoso de Oliveira (1988), apesar da proximidade e da importância da interlocução entre ele e Corrêa, como veremos adiante, seu trabalho tinha como foco a elaboração de uma epistemologia da ciência, a partir da análise das matrizes disciplinares que orientavam a antropologia de modo geral e de como essas matrizes eram aplicadas e reproduzidas no caso brasileiro e em outros países periféricos. Periférico, aqui, se refere a contextos que não se constituíram como locais onde a antropologia havia sido gerada, neste caso EUA, França e Inglaterra, mas que, ainda sim, desenvolveram estilos próprios de antropologias nacionais, mantendo, no entanto, uma relação com a matriz geradora (Cardoso de Oliveira, 1988; Serafim, 2021).

Já a pesquisa desenvolvida no PHAB tinha como objetivo recuperar e divulgar a história da disciplina em seus anos iniciais, trazendo à tona personagens, produzindo material, recolhendo depoimentos, e tentando abarcar o que fosse possível, em termos territoriais nacionais. Dessa forma, a proposta do projeto foi mais abrangente do que algumas das iniciativas citadas, ao mesmo tempo que esteve centrada nas pessoas e instituições que produziram essa história.

O PHAB nunca foi oficialmente concluído.⁶ Corrêa continuou refletindo sobre a história da antropologia no Brasil, mesmo enquanto

6 Apesar disso, houve um evento de encerramento do projeto, realizado em 1984, que levou o nome do projeto inicial da FAPESP (História da Antropologia no Brasil (1930-1960): Testemunhos). O encontro contou com a participação de Eunice Durham, Roberto DaMatta (1936-), Wanderley Guilherme dos Santos (1935-2019), Peter Fry e Sergio Miceli (cf. Corrêa, 1984a, 1984d).

desenvolvia outras pesquisas em paralelo. Essa intermitência no desenvolvimento do projeto pode ser uma chave para compreender os motivos pelos quais parte do acervo foi entregue a um centro de documentação, enquanto outra parte permaneceu sob a posse da antropóloga até a sua morte (e hoje integra seu arquivo pessoal, preservado justamente nesse centro de documentação). Ainda na década de 1980, em meio ao recebimento de documentos de participantes do projeto, Corrêa iniciou um trabalho de organização e doação desse material a um espaço com condições adequadas de preservação e pesquisa. O local escolhido foi o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), um centro de documentação pertencente ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.⁷ Além disso, também foram enviadas parte do conjunto das fitas VHS e cassete das entrevistas produzidas ou coletadas pelo PHAB (cf. Corrêa, 1995a).

Quanto aos acervos recebidos pelo projeto, é possível dividi-los em dois grupos. O primeiro consiste em conjuntos documentais mais extensos, que foram constituídos como fundos independentes e que receberam, em alguma medida, uma organização específica. Esse é o caso dos acervos da ABA, de Donald Pierson (1900-1995), de Herbert Baldus (1899-1970) e de Roberto Cardoso de Oliveira. Assim, embora tenham sido recolhidos por Corrêa ou pelo PHAB, esses acervos foram depositados como fundos “autônomos”. Já o segundo grupo abrange, em geral, conjuntos documentais menores, que, embora pudessem ser identificados como

7 O AEL abriga um dos mais importantes acervos documentais do Brasil, especializado em história social, política e dos movimentos sociais do país. Vinculado à Unicamp, o arquivo foi fundado em 1974 e recebeu o nome do jornalista anarquista Edgard Leuenroth (1881-1968), que reuniu uma vasta documentação relacionada à memória dos movimentos operário e anarquista brasileiros, base para a criação da instituição. Atualmente, o AEL conserva documentos sobre a história social, política e cultural do Brasil e da América Latina, além de registros vinculados a diversas pesquisas conduzidas no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, e também à história intelectual. Dados disponíveis na página da instituição: <https://ael.ifch.unicamp.br/> (acesso em 21/03/2025).

acervos independentes, permaneceram junto ao acervo Mariza Corrêa. Isso se deve ao fato de terem ficado, até a morte da antropóloga, em sua sala de trabalho ou em sua residência, e terem sido doados ao AEL junto com sua documentação pessoal. Nesse grupo, é possível identificar documentos de Thales de Azevedo, Eduardo Galvão (1921-1976) e João Baptista de Lacerda (1846-1915). A diferença entre os dois grupos parece ter razões práticas, tendo como ponto central o tamanho da documentação recolhida. No entanto, não é possível afirmar com certeza por que esse segundo grupo não foi doado antes ao arquivo. A ausência de um encerramento formal do PHAB, associado à oscilação de pessoas colaboradoras e de recursos financeiros após a década de 1990, pode indicar algumas das dificuldades enfrentadas para a efetivação plena do projeto. É preciso ressaltar, contudo, que a menção desses documentos como coleções em um artigo publicado na revista *Manguinhos* sugere que essa organização fez parte dos horizontes da antropóloga, ao menos até aquele período (cf. Corrêa, 1995a).

Julgo importante realizar uma apresentação de alguns dos acervos coletados pelo PHAB, os quais permitem evidenciar certos aspectos da trajetória de Mariza Corrêa. A relação da antropóloga com a ABA vai além da simples filiação profissional, já que ela ocupou cargos de tesoureira, diretora regional, integrante do conselho científico e, por fim, presidente da entidade (no período de 1996-1998). Foi durante a execução do PHAB que os arquivos institucionais da ABA foram doados ao AEL, sob a presidência de Antonio Augusto Arantes, também professor da Unicamp. Essa prática foi retomada por algumas gestões posteriores, incluindo a de Corrêa. Ainda sobre essa documentação, é importante mencionar que a doação foi crucial não apenas para a preservação desse material histórico, mas também para atender à demanda de organização, de modo que esses papéis pudessem ser utilizados de modo mais eficaz pela própria ABA. Uma das motivações centrais dessa necessidade estava relacionada às demandas legais envolvendo a demarcação de terras indígenas.

É importante ressaltar a interlocução com dois titulares de documentos recebidos: Roberto Cardoso de Oliveira e Donald Pierson. A participação de Cardoso de Oliveira no projeto não se limitou ao fornecimento de seu depoimento e à doação de seu acervo; ela também impulsionou sua própria transferência para a Unicamp, onde atuou por cerca de dez anos, além de ter favorecido a cooperação de outros colegas com o projeto (cf. Serafim, 2021). Na universidade, a interlocução entre Corrêa e Cardoso de Oliveira se intensificou, uma vez que o antropólogo desenvolveu pesquisas voltadas à reflexão sobre o fazer antropológico – parte dessas discussões já foi mencionada anteriormente. Essa aproximação contribuiu para a ampliação do debate na Unicamp sobre a antropologia como objeto de pesquisa, além do desenvolvimento de uma área de pesquisa dedicada ao tema no Doutorado Interdisciplinar em Ciências Sociais – criado em 1985. A área História Intelectual e Etnografia da Ciência (atualmente corresponde à linha Modos de Conhecimento e suas Expressões: Experiências e Trajetórias) teve ambos como coordenadores em seus primeiros anos. Além disso, Corrêa incorporou algumas das discussões travadas no PHAB no projeto “Estilos de Antropologia”, coordenado por Cardoso de Oliveira na Unicamp. Luiz Henrique Passador (1963-), que atuou como colaborador do PHAB durante a graduação e a pós-graduação, relatou⁸ que a colaboração entre Cardoso de Oliveira e Corrêa nesse período foi bastante frutífera e contribuiu mutuamente para os projetos que ambos desenvolviam na universidade.

Donald Pierson, por sua vez, foi um dos principais interlocutores de Mariza Corrêa no âmbito do PHAB. Sociólogo estadunidense, Pierson realizou pesquisas sobre as relações raciais na Bahia e estudos de comunidade em duas localidades brasileiras, tendo lecionado por mais de 20 anos na Escola Livre de Sociologia e Política. Se tornou, assim, uma figura-chave para a compreensão do desenvolvimento das ciências

8 Em entrevista concedida a mim em 26 de setembro de 2024.

sociais no país. Com ele, Corrêa, manteve uma troca de correspondência durante mais de cinco anos. Esse diálogo, que teve início com um pedido de depoimento escrito ao projeto,⁹ se expandiu para conversas sobre a trajetória de Pierson e suas redes de relacionamento no Brasil, e resultou em um processo de seleção e envio de documentos pessoais à antropóloga. A maior parte do material enviado se encontra hoje no fundo Donald Pierson, no AEL, enquanto outra parte, composta pelo próprio diálogo entre os dois, está depositada no fundo Mariza Corrêa. Se trata de um material valioso, que revela a relação construída ao longo dos anos, o trabalho de seleção documental, aspectos da trajetória de ambos e questões relacionadas ao tema do PHAB. Nesse contexto, a figura de Helen Pierson (1906-1994) também se torna essencial, especialmente em relação ao desenvolvimento do projeto subsequente de Corrêa.

Parte dos resultados do PHAB foi publicada (Corrêa, 1985, 1986, 1987a, 1995a, 1995b, 2003c, 2006c, 2013b, 2023b), mas a maioria permanece inédita. Um dos planos iniciais previa a publicação de um segundo e um terceiro volume de *História da antropologia no Brasil (1930-1960)*, ainda no final da década de 1980. O segundo volume incluiria resumos das entrevistas realizadas, acompanhados de breves biografias das e dos personagens e um encarte de fotografias. O terceiro volume traria um índice dos acervos recebidos pelo projeto (cf. Corrêa, 1987b).¹⁰ As razões pelas

9 O material foi posteriormente publicado em *História da antropologia no Brasil (1930-1960): testemunhos: Emilio Willems e Donald Pierson* (Corrêa, 1987a) e republicado em *Traficantes do simbólico & outros ensaios sobre a história da antropologia* (Corrêa, 2013b).

10 Houve ainda uma tentativa de publicação do segundo volume, planejado para a coleção *Textos Didáticos*, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp (cf. Corrêa, 1994b), bem como a proposta de publicação das entrevistas com os antropólogos e a antropóloga que fundaram o Programa da Pós-Graduação em Antropologia Social da universidade, por ocasião da comemoração de seus 20 anos (cf. Corrêa, 1990). No entanto, ambos os projetos não chegaram a ser concretizados.

quais essas iniciativas não se concretizaram ainda são desconhecidas. Ao final, o livro *Traficantes do simbólico & outros ensaios sobre história da antropologia* (Corrêa, 2013b), além de republicar textos que haviam saído em diferentes espaços, conta também com duas entrevistas inéditas, com Ruth Cardoso e com Verena Stolcke, que, segundo a própria Corrêa, “são praticamente as únicas a incluir uma reflexão de gênero a esta história” (Corrêa, 2013b, p. 12).

Grande parte do material produzido e coletado, assim como registros do desenvolvimento do PHAB, se encontra atualmente no acervo documental de Corrêa. Esse conjunto foi doado ao AEL após a morte da antropóloga e corresponde a documentos que estavam em seu apartamento, em Campinas, e em sua sala de trabalho na Unicamp. Embora o acervo de Corrêa ainda não esteja integralmente organizado, ele pode ser consultado por interessadas e interessados, no próprio centro de documentação. Atualmente, o material está dividido em pouco mais de 70 caixas-arquivo com documentação textual, dez pastas de grande formato que guardam cartazes e recortes de jornais, e mais oito caixas-arquivo com material especial, sendo duas de fotografias e seis que abrigam fitas VHS, fitas cassete, DVDs, disquetes e películas.

Esse acervo reúne milhares de documentos pessoais e profissionais da antropóloga, além de materiais coletados pelo PHAB que não foram constituídos como acervos independentes. Entre os conteúdos, se destacam correspondências (ativas, passivas, de terceiros e cópias de e-mails), materiais de estudo e docência (fichamentos, anotações, textos de terceiros, planos de aula, ementas de disciplinas, etc.); agendas, cadernos e documentos referentes a processos burocráticos, como bolsas e auxílios de projetos e pesquisas. Há também cópias de teses e dissertações de outras pessoas, publicações da própria autora (incluindo rascunhos), programações de eventos, editais e outros documentos vinculados a programas de pós-graduação. O acervo inclui ainda trabalhos de estudantes de suas disciplinas, suas próprias produções enquanto aluna de mestrado,

anotações e rascunhos diversos, além de documentos resultantes de seus projetos de pesquisa e materiais relacionados às suas orientandas e orientandos. Há também alguns registros de sua atuação como jornalista em iniciativas feministas.

Quanto aos materiais de pesquisa, além das entrevistas gravadas em fitas cassete e VHS, encontramos transcrições de parte delas (muitas ainda inéditas), bem como documentos recebidos e reunidos pelo PHAB. Esse é o caso, principalmente, de parte da documentação pessoal e das correspondências de Eduardo Galvão, doados por Clara Galvão (1922-1989); dos documentos de João Baptista de Lacerda, doados por seu neto; e das correspondências de Thales de Azevedo, doadas pelo próprio titular. Além disso, o acervo reúne também materiais relacionados a outras figuras relevantes para a história das ciências sociais no Brasil, como Nina Rodrigues, Leolinda Daltro (1859-1935), Dina Dreyfus (1911-1999), Wanda Hanke (1893-1958), Anísio Teixeira (1900-1971), Charles Wagley (1913-1991), Cecília Roxo Wagley (?-1994), Melville Herskovits, Arthur Ramos, Gilberto Freyre, Ruth Landes, Darcy Ribeiro, Virgínia Bicudo (1910-2003), Gioconda Mussolini, Heloísa Alberto Torres (1895-1977), entre outros. Por fim, o acervo contém ainda muito material inédito ou em desenvolvimento, como diversas apresentações em congressos.

Dessa forma, o acervo se configura como a materialização de uma trajetória e de um trabalho intelectual, permitindo acompanhar um percurso no qual diferentes temáticas foram sendo constituídas ao longo da carreira de Corrêa. Esse contexto abrange desde suas pesquisas na pós-graduação até a implementação e desenvolvimento do PHAB, bem como os desdobramentos que serão discutidos a seguir. Esse conjunto, que entrelaça a pesquisadora e sua pesquisa, parece reunir de forma tátil e concreta indícios materiais da trajetória de uma imaginação crítica sobre a história da antropologia. Ainda que, possivelmente, todo acervo pessoal de uma pesquisadora ou de um pesquisador contenha essas duas dimensões, no caso da documentação de Corrêa essa fusão é ainda

mais evidente, em razão do tipo de pesquisa que produziu e do material que preservou. Ou seja, não se trata apenas de rascunhos ou anotações que remetem a outros arquivos e trajetórias, mas de grandes volumes de materiais de terceiros reunidos em seu próprio acervo, muitos deles, inclusive, originais. É justamente essa imbricação entre pesquisadora e pesquisa que conforma a singularidade do acervo, assim como a própria relação entre Corrêa e o PHAB. Se trata de um arquivo que reflete as marcas deixadas por essa intelectual sobre sua própria vida, ao mesmo tempo que expressa os resultados de seus esforços em multiplicar o interesse pela memória da disciplina que escolheu como ofício. O acervo, assim, se constitui como um espaço onde convergem diversas facetas da atuação de Corrêa, evidenciando a indissociabilidade entre engajamento social e político e a reflexão crítica sobre o fazer científico.

Sobre essa experiência de pesquisa e sobre a escrita desse passado, tanto para ela quanto para as pesquisadoras e pesquisadores envolvidos, Corrêa afirmou:

Um significado para mim [de escrever sobre a antropologia] e para todo o pessoal que trabalhou comigo, estudantes e vários outros, foi o resultado de uma curiosidade imensa. Eu me formei em antropologia nesse país sem saber nada sobre a antropologia brasileira. Da antropologia brasileira não necessariamente, mas da antropologia feita no Brasil [...] Aprendi fazendo essa pesquisa e acho que vários dos estudantes que trabalharam comigo nessa pesquisa ou assistiram os cursos que dei aprenderam que nós temos uma história da nossa disciplina feita aqui e nós não sabemos nada disso [...] Como é que tu te relacionas com teu passado se não sabes nada a respeito dele? Então uma parte importante do trabalho da disciplina é conhecer a sua história [...] O que mais posso dizer que significa escrever sobre a história da antropologia no Brasil? Significa recuperar, para as gerações mais jovens, um pouco do perfil de pessoas que foram importantes na constituição da disciplina no Brasil (Corrêa, 2003b, p. 119-120).

Como já mencionado, uma perspectiva histórica foi central na antropologia produzida na Unicamp, marca presente desde a criação do Programa de Pós-Graduação da universidade, especialmente por meio dos trabalhos de Verena Stolcke. Sobre seu trabalho realizado na década de 1970, a antropóloga alemã compartilhou, na entrevista concedida a Corrêa e ao PHAB, uma reflexão que ouviu do antropólogo britânico Peter Worsley (1924-2013), segundo a qual a história, de forma convencional, “conta eventos, fatos sem gente. Conta batalhas, acontecimentos históricos datados, as revoluções etc. Não tem sujeitos. Salvo alguns historiadores como E. P. Thompson, Eric Hobsbawm e os marxistas” (Stolcke, 2013, p. 422). Essa visão se contrapunha à antropologia, que tradicionalmente esteve voltada a escrever sobre pessoas, mas sem história. A questão, então, era justamente articular esses dois aspectos. Considero importante resgatar essa história contada por Stolcke porque, apesar de todas as transformações pelas quais ambas as disciplinas passaram ao longo das décadas, a lembrança sobre uma história com pessoas retrata o contexto institucional em que emergiram o PHAB e os trabalhos de Corrêa. Essa perspectiva perpassa as mudanças que ocorreriam na década seguinte, já apresentadas anteriormente, ao mesmo tempo que ressalta uma característica central das trajetórias intelectuais de ambas as antropólogas: uma história da antropologia, ou uma antropologia histórica, no caso de Stolcke, permeada pelas pessoas que construíram, e que continuam a construir, a disciplina no Brasil.

Corpos em disputa: antropologia, gênero e política do saber

Foi a partir desse entendimento sobre quem foram as pessoas que fizeram parte dessa história da antropologia que Corrêa passou a analisar as figuras que haviam sido lembradas ou esquecidas. Nesse sentido, a categoria gênero passa a desempenhar um papel fundamental na escrita

dessa história. Ao longo do PHAB, algumas pistas e questões começaram a ressoar. Por um lado, durante sua participação no projeto no IDESP, já mencionado, Miceli apontava para uma “feminização” das ciências sociais desde seu início (cf. Corrêa, 1994a). Sendo assim, onde estavam as mulheres que haviam desaparecido desse imaginário? Por outro lado, duas figuras que emergiram durante o PHAB se tornaram fundamentais para o início das reflexões que entrelaçam gênero e história da antropologia: Dina Dreyfus e Helen Pierson, que representavam, de formas diferentes, as esposas de antropólogos, “uma categoria importante na época, e talvez não apenas na época” (Corrêa, 2013b, p. 25-26).

Antes de falar sobre essas duas personagens, é importante destacar que, embora o trabalho colaborativo não fosse exclusivo de casais internacionais, como são os dois casos apontados aqui, parecia ter sido uma prática mais amplamente difundida nesse grupo.¹¹ Além disso, Corrêa ([1989]) observava que essa colaboração era utilizada em parte devido às “peculiaridades do trabalho de campo” e aos diferentes acessos que gênero possibilitava na pesquisa. Esse debate, embora tenha sido mais desenvolvido posteriormente na disciplina (passando a incluir também outros marcadores sociais da diferença, como raça), merece destaque: em tempos de etnografias que buscavam capturar a totalidade das sociedades estudadas, ter acesso a determinados grupos, rituais ou conversas, em razão da própria posição que um pesquisador ou uma pesquisadora ocupava naquele contexto, produzia um grande impacto. Dessa forma,

11 Durante uma entrevista realizada por mim com o antropólogo Roberto DaMatta, em 25 de junho de 2019, ele relatou que havia ido a campo com sua esposa, Celeste Leite Augusto DaMatta (1937-) – que estava grávida àquela altura –, e com seus dois filhos mais velhos. Sobre esse episódio, contou: “Ela foi depois comigo, para escândalo dos meus professores, inclusive do Roberto [Cardoso de Oliveira]. Lembro que [ele disse que] eu estava virando americano, que eu estava virando inglês. Eu queria, eu sabia que eu com ela e com os filhos, eu podia passar [mais tempo em campo]”.

o trabalho colaborativo entre casais funcionava como uma ampliação desse espectro. Segundo Corrêa (2003b, p. 111), “vários antropólogos mais antigos eram muito mais perceptivos a respeito disso. Lembrem-se de Robert e Yolanda Murphy, eles tinham plena noção de que a Yolanda podia entrar em alguns lugares, fazer certas coisas. Ou Victor Turner e Edith Turner”.¹² Mas ainda assim, como nos lembra Lyn Schumaker (2008), o trabalho de Edith Turner parecia invisível, fora dos círculos acadêmicos mais próximos, até a publicação de seus relatos de campo e de sua pesquisa individual.

Sobre o lugar dessas reflexões no trabalho de Corrêa, é importante recuperar a trajetória das duas figuras mencionadas. Dina Dreyfus¹³ era conhecida pelo nome de casada quando chegou ao Brasil, na década de 1930, como integrante da missão francesa que atuou na constituição da USP. Na época, Dina Lévi-Strauss não foi contratada pela universidade, ao contrário de seu então marido, Claude Lévi-Strauss (1908-2009), apesar de ambos possuírem a mesma formação (cf. Valentini, 2010). Dreyfus continuou desenvolvendo algumas pesquisas vinculadas à França, mas também colaborou na preparação do trabalho de campo de Lévi-Strauss entre comunidades indígenas no país, concretizando a primeira colaboração do casal com o Departamento de Cultura da cidade de São Paulo. Esse primeiro trabalho resultou em um curso de etnografia ministrado por Dreyfus na mesma instituição, além de outras pesquisas nas áreas da etnologia e da antropologia física,¹⁴ e na criação da Sociedade de Etnologia e Folclore, ao lado de Mário de Andrade (1893-1945) e Lévi-Strauss.

12 Robert Murphy (1924-1990), Yolanda Murphy (1925-2016), Victor Turner (1920-1983) e Edith Turner (1921-2016).

13 Segundo Moraes (cf. Trânsitos [...], 2022), Dina Dreyfus se chamava oficialmente Fernande Dreyfus, mas adotou o nome Dina ainda na década de 1930 e o utilizou por toda sua vida.

14 Que resultou na publicação do livro *Instruções práticas para pesquisas de antropologia física e cultural* (1936).

Segundo Fernanda Azeredo de Moraes (cf. Trânsitos [...], 2022), Dina Dreyfus foi uma das pioneiras entre as francesas a realizar pesquisa de campo na América do Sul antes da Segunda Guerra Mundial. Seu diário de campo, produzido durante a expedição à Serra do Norte,¹⁵ em 1938, foi utilizado por Lévi-Strauss na redação de *Tristes trópicos* (1955), embora essa referência apareça de forma muito sutil na publicação. A participação de Dreyfus na missão foi interrompida por conta de uma grave conjuntivite, que a deixou temporariamente cega e a obrigou a retornar às pressas para a França. Moraes (cf. Trânsitos [...], 2022) observa que, algum tempo depois, a intelectual francesa se divorciou e decidiu não continuar atuando na disciplina, o que contribuiu para que desaparecesse, ao menos por um período, da história da antropologia.

Entre as pesquisas que desenvolveu no país, se destaca a produção de filmes etnográficos, material com o qual Corrêa se deparou no contexto de trabalho do PHAB. Dessa forma, a antropóloga brasileira iniciou uma busca por mais informações sobre a intelectual francesa, que se estendeu por quatro anos. É importante ressaltar que, naquele momento, se sabia muito pouco sobre Dreyfus, além de sua vinda ao Brasil e sua participação em algumas atividades científicas. Como aponta Corrêa (2003a), Dreyfus não era uma desconhecida para a história da antropologia, mas os registros a mencionavam apenas como integrante do “casal Lévi-Strauss” ou como a “esposa de Lévi-Strauss”.

Após a separação, ela voltou a usar seu nome de solteira, o que dificultou ainda mais a busca de Corrêa sobre o destino da intelectual francesa. Corrêa afirmou, que, em um primeiro momento, não a conhecia por esse nome:

15 A missão realizada entre 1938 e 1939, na região Centro-Oeste do Brasil, contou a participação de Dreyfus, Lévi-Strauss, Luiz de Castro Faria (1913-2004) e Jehan Vellard (1901-1996).

Dina Lévi-Strauss. Ela foi finalmente descoberta, com seu nome recuperado, Dina Dreyfuss, e entrevistada por Anne Marie Pessis, que então estava trabalhando conosco. Foi a partir dessa entrevista, na qual fica muito claro como nos lembramos e nos esquecemos das coisas, que comecei um trabalho de recuperação de algumas das personagens femininas de nossa história (Corrêa, 2006c, p. 36).

A entrevista em questão, disponível em vídeo no fundo Mariza Corrêa,¹⁶ revela a dificuldade de Dreyfus em recordar o período em que esteve no Brasil, incluindo textos e vídeos que haviam sido publicados. Foi somente após muita insistência de Pessis que alguns nomes e passagens começaram a ser recuperados, como o de Mário de Andrade. Além disso, durante a conversa, Dreyfus afirma que talvez tivesse continuado a atuar na antropologia se não tivesse se divorciado de Lévi-Strauss, mas optou por retornar à filosofia.

Esse duplo esquecimento, tanto da personagem quanto de sua própria história, levou Corrêa a refletir sobre o nome e o renome no trabalho intelectual. O nome é considerado um importante bem na definição das estruturas de consagração acadêmica e um indicativo do lugar da autoria na produção do conhecimento. Por outro lado, o renome possui uma dupla característica: de um lado, refere-se a um nome prestigiado ou conhecido; do outro, ao ato de adquirir um novo nome, como ocorre com as esposas ao adotar o sobrenome do marido. Dessa forma, essas mulheres, que atuaram na pesquisa de seus companheiros, geralmente são pouco conhecidas de forma individual. “Ao serem assim renomeadas [...] tornam-se, então, *esposas* em primeiro lugar – e assim também consideradas” (Corrêa, 2003a, p. 22, grifo da autora). Essa situação não se restringe ao cenário brasileiro.

16 Cf. Dreyfus (1988).

Outro aspecto a ser considerado é como o renome, por meio do mecanismo da “notoriedade retrospectiva” (Corrêa, 2003a), acaba por destacar certas figuras enquanto apaga outras. O renome adquirido por uma pessoa em determinado momento de sua vida impacta a percepção de sua trajetória como um todo, não se limitando apenas ao momento em que essa notoriedade ocorre. Assim, outras figuras do entorno e do mesmo período também eram afetadas por essa dinâmica.

A segunda figura fundamental para o projeto de Corrêa foi Helen Pierson, com quem passou a ter um contato mais próximo ao iniciar sua interlocução com Donald Pierson, quando o casal morava nos EUA. Helen Pierson se formou em economia doméstica e trabalhou ao lado de seu marido durante toda a sua trajetória profissional e teve uma atuação fundamental, mesmo que não reconhecida, de um capítulo importante da institucionalização das ciências sociais no Brasil na primeira década do século passado. Uma de suas atividades consistia em datilografar cartas, ou atuar como secretária do marido. Assim, durante o longo período de interlocução entre Mariza Corrêa e Donald Pierson para o PHAB a comunicação era predominantemente assinada por esses dois, mas datilografada por Helen Pierson, conforme se observa nas correspondências presentes em ambos os acervos no AEL. Isso pode ser identificado pela documentação, marcada ao final com a sigla “dp:h” (ou seja, Donald Pierson:Helen), além do conteúdo das cartas. Em raras ocasiões, geralmente quando Donald estava doente, Helen assinava a correspondência como a única e explícita autora.

No entanto, a contribuição de Helen Pierson ao trabalho de seu marido ia muito além de um papel de secretariado. Ela atuou junto a Donald Pierson durante toda sua carreira, o que foi pouco reconhecido pela história oficial, já que as referências a ela apareciam apenas nos agradecimentos no prefácio de obras de seu marido, como *O homem no Vale do São Francisco* (1972), *Cruz das Almas* (1966) e *Branços e pretos na Bahia* (1945). Esses agradecimentos eram sempre breves, muitas vezes

limitados a algumas linhas e, em várias ocasiões, mencionam apenas as iniciais de seu nome HBP (Helen Batchelor Pierson). Com o tempo, com a interlocução entre o casal e a antropóloga brasileira, assim como com o recebimento da entrevista produzida por Donald Pierson ao PHAB (Corrêa, 1987a, 2013b), essa colaboração se tornou cada vez mais evidente à antropóloga brasileira. Por isso, Corrêa solicitou a Helen Pierson que escrevesse um depoimento sobre o período em que esteve no Brasil – um pedido que foi repetido várias vezes e atendido apenas em 1989, no final do período da colaboração entre as duas.

Corrêa desejava que Helen Pierson pudesse relatar suas memórias com suas próprias palavras. Nesse depoimento, ela descreveu as atividades que realizou e recuperou trechos dos diários que escreveu durante uma pesquisa de campo na vila de Cruz das Almas (uma comunidade no estado de São Paulo)¹⁷ – material que, apesar dos pedidos de Corrêa, nunca foi doado ao projeto. É importante ressaltar que na entrevista concedida ao PHAB Donald Pierson mencionou, em determinadas passagens, muitas das atividades que Helen Pierson também relatou em seu texto. Como ele mesmo afirma: “Além de minhas próprias memórias, existem as da minha senhora, Helen Batchelor Pierson, companheira e estimuladora dos nossos trabalhos no Brasil e alhures, inclusive mesmo de umas pesquisas, e esposa e secretária em casa nos últimos cinquenta e cinco anos” (Pierson, 2013, p. 206). Entretanto, para Corrêa, e para a própria história da antropologia que ela vinha delineando, era importante ouvir ou buscar registros das vozes dessas mulheres, para que elas próprias fossem reconhecidas como protagonistas do trabalho que realizaram. Além disso, se, como afirmei anteriormente, Donald Pierson era uma figura central para compreender o desenvolvimento das ciências sociais no país, entender a atuação de Helen Pierson era também fundamental

17 Embora o nome seja fictício, na entrevista enviada ao PHAB, Pierson afirmou que se referia à cidade de Araçariçuama.

para não apenas conhecer mais sobre o período, mas também complexificar a história que vinha sendo delineada.

Helen Pierson inicia seu texto se intitulando uma “Girl Friday”, termo que, segundo sua própria definição, significava uma “facilitadora” ou “suplementadora”,¹⁸ nesse caso, do trabalho de seu marido.¹⁹ Essa ideia parecia ser central para compreender as atividades que ela realizou no Brasil, seu entendimento pessoal sobre isso e o que podemos extrair de um contexto e de um trabalho que foi além de um simples apoio logístico. É a partir dessa apresentação que Helen relata as atividades que exerceu: dar aulas de inglês para docentes e estudantes da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, fazer traduções, comprar material, promover eventos profissionais, datilografar cartas e documentos, preparar alunos e alunas para intercâmbios internacionais e atividades de campo, realizar levantamento bibliográfico, acompanhar alunas em pesquisas de campo e, por fim, tirar a carta de motorista e dirigir o jipe da Smithsonian durante as viagens de campo. É importante ressaltar que, embora Helen tenha indicado sua participação nas idas a campo apenas como acompanhamento e direção do carro, seus próprios registros do diário de campo mostram que ela era parte integrante da pesquisa em Cruz das Almas, atuando como pesquisadora junto às mulheres da população local. No livro resultante dessa investigação, *Cruz das Almas* (1966), ela figura na lista de colaboradoras e colaboradores.

Essa carta nos permite conhecer melhor o trabalho de Helen Pierson, especialmente no Brasil, e instigou ainda mais Corrêa a se aprofundar em sua trajetória e contribuições. No entanto, é uma das últimas

18 Além da explicação de Helen Pierson, Corrêa (2023c, p. 2) buscou mais informações sobre o significado da expressão e afirmou que “é irônico e talvez significativo que a expressão Girl-Friday tenha sido cunhada (como nos informa o American Heritage Dictionary) por analogia com o termo Man-Friday, ‘o devotado criado nativo’ de Robinson Crusoe”.

19 Cf. Pierson (1989).

correspondências preservadas pela antropóloga brasileira. Helen faleceu alguns anos depois, em 1994, e Donald Pierson veio a falecer pouco depois, em 1995. Corrêa nunca chegou a conhecê-los pessoalmente. Sobre isso, Tambascia e Rossi (2018) afirmam que a saúde debilitada de Helen a impediu de continuar a escrita de sua vivência no Brasil, o que tornou impossível para Corrêa realizar seu desejo de publicar um depoimento assinado por ela.

Entretanto, em 1992, Corrêa proferiu uma conferência na qual mencionava essa carta e essa interlocução. O evento ocorreu na Holanda, intitulado “Alice in Wonderland – first international conference on girls and girlhood: Transitions and dilemmas”, onde apresentou o trabalho chamado “Girl-Friday”, que fazia referência à primeira questão levantada por Helen Pierson em seu relato.²⁰ Na conferência, Corrêa refletiu sobre essa correspondência, incluindo trechos do diário de campo, à luz da representação da mulher como uma menina, que apenas mudava de status com o casamento ou a maturidade. Além disso, foi ali que a antropóloga brasileira discutiu a importância da trajetória e do contato com Helen para pensar sobre as outras mulheres que viveram e/ou pesquisaram no Brasil nas primeiras décadas do século XX.

Com poucas exceções, a pesquisa antropológica era feita por homens: os nomes femininos que sobreviveram em documentos da época eram de esposas, irmãs ou filhas de pesquisadores que eram ou se tornaram conhecidos desde então. O que a carta de Helen ajuda a explicitar é que, para começar a carreira de pesquisadora, era preciso ser (ou ser vista como) uma menina – quando não se era ainda uma esposa. Tornar-se uma esposa, entretanto, não garantia

20 O documento original está disponível no acervo de Mariza Corrêa; ele foi publicado também na revista *Cadernos Pagu* em português (Corrêa, 2023c) e em inglês.

a continuidade nessa carreira. Os depoimentos de antropólogos da época estão cheios de nomes de mulheres que começaram suas carreiras quando meninas e que, uma vez casadas, as deram por terminadas (Corrêa, 2023c, p. 4).

Corrêa continuou a analisar a autodefinição de Helen Pierson como uma ajudante, o que a levou a refletir sobre outras mulheres que realizaram pesquisas no Brasil em contextos semelhantes. Embora tenha mencionado brevemente a importância dessas figuras para seu percurso, é na análise da documentação que esse histórico se torna mais evidente.

Como já mencionado, foi durante as pesquisas realizadas no âmbito do PHAB que Corrêa não apenas percebeu a ausência de antropólogos no período da história da disciplina em questão, mas também enfrentou a dificuldade de encontrar informações sobre essas mulheres. É nesse encontro, e no desencontro, que surge um novo estudo, unindo dois interesses de pesquisa que a antropóloga havia desenvolvido ao longo de sua carreira: as relações de gênero e a história da antropologia no Brasil. Vale ressaltar que não há um consenso sobre o título oficial do novo projeto, embora as nomenclaturas sejam bastante semelhantes.²¹ Dessa forma, optei por utilizar o nome do livro resultado dessa iniciativa: *Antropólogas & antropologia* (Corrêa, 2003a). Além disso, é importante observar que, na década de 1970, o antropólogo sul-africano Adam Kuper (1941-) publicou *Anthropology and anthropologists: the modern British School* (1973), obra que foi traduzida para o português alguns anos depois como *Antropólogos e antropologia* (1978). O livro de Mariza Corrêa faz uma clara alusão à obra de Kuper e à sua tradução em português – uma referência que a antropóloga brasileira mencionou em diversas ocasiões.

21 Em diferentes publicações, as designações aparecem com algumas variações: “Antropólogas e Antropologia”, “Antropólogas e Antropologia no Brasil” e “Antropólogas & Antropologia”.

Essa proximidade e diferença dos nomes integra a discussão proposta no projeto brasileiro, que buscava, ao mesmo tempo, problematizar o apagamento das trajetórias de mulheres praticantes de antropologia e recuperar algumas dessas histórias.

Assim, o projeto “Antropólogas & Antropologia” teve início em 1989, quando Corrêa começou a produzir ensaios sobre outras trajetórias de intelectuais. Essa iniciativa contou com financiamento do CNPq e da Unicamp. Se, por um lado, as “esposas” impulsionaram o desenvolvimento do projeto, foram as “mulher[es] em busca do renome” que se tornaram o foco principal da análise de Corrêa (2003a, p. 24). Sobre as figuras centrais do projeto, Luís Felipe Sobral (2018, p. 4) observa que

pode-se dizer que elas são excepcionais: primeiro, porque os traços de sua presença não se apagaram suficientemente para impedir tal reconstrução, como ocorreu com tantas outras; segundo, porque, sendo solteiras e dedicando-se às respectivas carreiras, elas furtaram-se ao estatuto frequente de auxiliar de pesquisa, ou simplesmente esposa, do marido antropólogo.

Nesse sentido, a antropóloga investigou a questão no Brasil a partir do final do século XIX. Ela analisou a recepção dos trabalhos de três figuras: a ornitóloga alemã Emilia Snethlage (1868-1929), a antropóloga Heloísa Alberto Torres e a professora Leolinda Daltro. Corrêa explorou como essas mulheres eram percebidas por seus pares e pelo contexto social da época, e como esses fatores influenciaram suas práticas profissionais. Além disso, investigou como as definições de feminino e masculino eram mobilizadas e explicitadas por meio dessas trajetórias, se redefinindo em seus trabalhos. Assim, buscou entender as relações de gênero na disciplina no início de seu desenvolvimento no país, fundamentais para compreender os obstáculos enfrentados por essas mulheres, assim como as definições sociais e culturais do masculino e do feminino na época. Para isso,

Corrêa ([1989], 2003a) analisou três obras literárias que colocavam essas figuras como personagens centrais, algo que havia ocorrido anteriormente apenas com um antropólogo: Curt Nimuendajú (1883-1945), na obra *O instinto supremo* (1968) de José Maria Ferreira de Castro (1898-1974).

Essas três histórias têm em comum a relação com grupos indígenas e a pesquisa de campo. Snethlage chegou ao Brasil em 1905, realizou diversas expedições na Amazônia e, embora sua especialidade fosse a ornitologia, também fez observações sobre grupos indígenas da região. Ela foi diretora do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e naturalista do Museu Nacional. A ornitóloga é mencionada no romance *Os igaraúnas* (1938), de Raimundo de Moraes (1872-1941). Torres, por sua vez, realizou pesquisas sobre a cerâmica marajoara, foi professora e diretora do Museu Nacional, desempenhou um papel crucial na formação de pesquisadores e pesquisadoras e no intercâmbio com antropólogos e antropólogas estrangeiras e também participou e presidiu a Comissão Nacional de Proteção ao Índio. Ela é retratada no livro *No pacoval de Carimbé* (1933), do antropólogo físico José Bastos de Ávila (1888-?), que também trabalhou no Museu Nacional. Daltro, uma feminista, professora e ativista, lutou por direitos e educação indígena, cruzou o sertão brasileiro por anos para alfabetizar indígenas e propôs a criação de uma associação civil para protegê-los. Ela é protagonista de *Numa e a ninfa* (1915), de Lima Barreto (1881-1922), e também aparece em crônicas que satirizavam seu trabalho.

Essas histórias mostram mulheres que realizavam atividades inesperadas para seu gênero na época: “Uma por andar em passeatas com índios na capital federal, outra por aventurar-se sozinha nas selvas amazônicas e a terceira por enfrentar, ainda que acompanhada, os riscos de uma Indiana Jones de saias” (Corrêa, 2003a, p. 67). É importante lembrar que, durante o período abordado nas três obras, a pesquisa antropológica era associada à aventura, e seus profissionais eram vistos como “aventureiros”. No entanto, a forma feminina do termo gerava um duplo sentido, sendo um deles pejorativo, especialmente no início do século XX. Além

disso, essa conotação feminina trazia à tona uma dificuldade de classificação das normas sociais de gênero.²²

Apesar das diferenças nas três obras em relação ao nível de crítica ou escraço das práticas de Snethlage, Torres e Daltro, esse olhar para essas figuras aponta para as mudanças que estavam em curso, ao mesmo tempo que revela as ambiguidades de gênero geradas por suas atuações, inserindo-as em um universo socialmente entendido como feminino. Assim, a importância de seus trabalhos era desqualificada, associando-as ao doméstico, ao fracasso e à moralidade. Gênero, matrimônio, relações familiares, invisibilidade de autoria, deslegitimação de seus trabalhos, esquecimento e lembranças marcam esse capítulo da obra da antropóloga brasileira, que une os dois principais temas de pesquisa que desenvolveu: a história da antropologia e as relações de gênero.

É importante ressaltar que esse trabalho não buscava iluminar trajetórias menos conhecidas em detrimento de outras já consolidadas e reconhecidas na história da antropologia. O objetivo era “redigir uma outra história da antropologia, mais complexa e interessante porque, ao contrário da versão depurada, é capaz de apreender os impasses e contradições constituintes do desenvolvimento da disciplina conforme ela se fazia” (Sobral, 2018, p. 5-6). Além disso, vale notar que as figuras escolhidas por Corrêa, com exceção de Heloísa Alberto Torres, não são até hoje identificadas de antemão como antropólogas. Snethlage é reconhecida

22 É em meio a essa ideia que Corrêa apontou em um dos relatórios enviados ao CNPq que isso talvez pudesse indicar que “a plena profissionalização das mulheres só foi aceita quando a própria disciplina se institucionalizou, criando espaços de **docência**, além dos espaços de pesquisa que continuaram a existir. Nessa criação, o trabalho de dona Heloísa parece ter sido fundamental. Mas, ironicamente, o lado aventureiro da profissão – em boa parte desenvolvido por mulheres no momento prévio a essa institucionalização, ficou, pelo menos no imaginário da disciplina, reservado aos homens” (Corrêa, [1993], p. 5, negrito no original).

como ornitóloga e Daltro, como professora e ativista.²³ Essa é uma característica importante do trabalho de Corrêa: a expansão de seu olhar e análise para figuras que atuaram com preocupações próximas à disciplina em seu período de desenvolvimento no país.²⁴ O período vivido por essas mulheres era ainda marcado por uma baixa oferta de formação na área, já que é preciso lembrar que o início da expansão da formação antropológica no Brasil data da década de 1960, e antes disso, era necessário, de maneira geral, recorrer a áreas correlatas ou a universidades no exterior para as vagas acadêmicas no campo da antropologia. A dificuldade existia para além das questões de gênero, mas era intensificada por esta em um período em que havia poucas mulheres nos espaços acadêmicos. Dessa forma, não é possível pensar em uma produção antropológica que leve em conta apenas a formação acadêmica dos indivíduos em questão, mas sim seus interesses de pesquisa e de atuação, aliados às suas contribuições à disciplina realizada no país.

Retomando a questão dos livros de literatura, curiosamente, anos depois do projeto o trabalho de Mariza Corrêa se tornou inspiração para um romance, *Nove noites* (2002) do escritor e jornalista Bernardo Carvalho (1960-). O autor havia lido uma resenha da antropóloga (Corrêa, 2001b) sobre o livro *Cartas do sertão: de Curt Nimuendajú para Carlos Estevão de Oliveira* (2000), na qual Corrêa relatava dois casos de mortes de antropólogos em campo, de Nimuendajú e de Buell Quain (1912-1939), antropólogo estadunidense. Carvalho se interessou pela história e Corrêa

23 Vale ressaltar que, embora Torres seja frequentemente reconhecida como antropóloga, suas pesquisas são menos lembradas do que seu papel como diretora do Museu Nacional e seu protagonismo na articulação de redes internacionais.

24 Esse trabalho não ficou centrado apenas no Brasil. É possível também perceber esse movimento quando Corrêa esboçou uma análise sobre o caso português (Corrêa, 2004). Uma investigação mais detida nessa questão foi desenvolvida em meu estágio de pesquisa no exterior (FAPESP, processo nº 24/04440-0).

compartilhou com ele o material que tinha sobre o assunto. *Noves noites* é um livro de ficção baseado no suicídio de Quain durante trabalho de campo realizado no Brasil.

Parte desse material foi também utilizado por Corrêa em uma iniciativa que realizou paralelamente ao “Antropólogas & Antropologia”. Durante sua execução ela também coordenou um projeto integrado de pesquisa do CNPq, que articulou sua própria pesquisa a projetos de iniciação científica de alunas da graduação em ciências sociais da universidade.²⁵ Entre esses, destaco o trabalho desenvolvido com as cartas de Heloísa Alberto Torres, iniciado por Corrêa através de um levantamento preliminar, mas que foi sistematicamente aprofundado por Ingrid Weber (1974-) e Januária Mello (1977-) (à época, alunas de graduação em ciências sociais) na Casa de Cultura Heloísa Alberto Torres. Os resultados desse trabalho documental estão presentes em *Antropólogas & antropologia* (Corrêa, 2002a), além de uma segunda publicação resultante da pesquisa. O livro *Querida Heloisa / Dear Heloisa: cartas de campo para Heloisa Alberto Torres* (Corrêa; Mello, 2008) apresenta a transcrição de cartas selecionadas de Torres com Buell Quain, Charles Wagley e Eduardo Galvão, em um período de efervescência de projetos de colaboração com universidades estadunidenses, destacando a importância da figura de Torres nas pesquisas etnológicas em desenvolvimento na instituição e no país. O objetivo da publicação não era apresentar a trajetória de Torres, mas compreender a importância dessas cartas e do “trabalho cotidiano” que delas emerge (Corrêa; Mello, 2008).

A última pesquisa desenvolvida por Corrêa teve como tema a mutilação genital masculina e feminina. Essa investigação foi iniciada com uma bolsa de produtividade do CNPq sob o título “Fantasias Corporais”,

25 Através dos subprojetos: “Experiências Femininas no Campo da Política”; “Experiências Femininas no Campo da Educação”; “Experiências Femininas na Produção Artística, Literária e Científica”; Experiências Culturais das Mulheres de Elite”; e “Experiências Afetivas e Sexualidade”.

mas, em 2004, ganhou nova dimensão através de um projeto temático sediado no Pagu, financiado pela FAPESP, intitulado “Gênero, Corporalidades”. A iniciativa contou com a participação de sete pesquisadoras e pesquisadores,²⁶ além de mais de dez estudantes de pós-graduação. O projeto explorava as convenções corporais, analisando como as sociedades definem o que é desejado para o corpo em três eixos: 1) práticas corporais, sexualidade e erotismo; 2) plasticidade corporal, sexo e gênero; 3) corpo, nome e marcas de distinção.

Na sua pesquisa individual, inserida no segundo eixo, Corrêa buscou compreender as convenções da antropologia relacionadas às mutilações, especialmente em relação aos sujeitos intersexo e às imposições de determinação sexual ao nascimento. Um dos objetivos dessa investigação era deslocar a ideia de que essas mutilações ocorrem apenas em países subdesenvolvidos ou de religião islâmica, destacando que “nos EUA temos uma indústria de mutilação corporal” (Corrêa, 2006a). Essa indústria se refere tanto ao pioneirismo nas cirurgias de designação sexual quanto, principalmente, aos protocolos de circuncisão masculina em bebês, independentemente de questões religiosas. Em entrevista concedida em 2003, Corrêa (2003b, p. 116) afirmou que nos EUA “80% dos homens são circuncidados e 80% não são judeus”.²⁷

Ainda sobre o tema, em uma das poucas publicações resultantes dessa investigação, Corrêa (2010) se debruçou sobre casos ocorridos no final da década de 1950 e que a autora define como “enredos de engano”. Aqui retomarei o caso do psicólogo e sexólogo neozelandês John Money (1921-2006) e do paciente canadense Bruce Reimer (1965-2004). Money, como aponta a antropóloga, “tomou ao pé da letra, e levou às últimas consequências,

26 Adriana Piscitelli, Guita Grin Debert, Heloisa Pontes, Júlio Assis Simões (1957-), Margaret Lopes (1954-) e Maria Filomena Gregori.

27 Além disso, a Colômbia foi o único país do mundo que, à época, proibia a cirurgia de designação em bebês e crianças intersexo.

a idéia de Simone de Beauvoir de que ‘não se nasce mulher’, invertendo o sinal sexual, e estampando no corpo de meninos a noção de que ‘não se nasce homem’” (Corrêa, 2010, p. 93). Após a perda do pênis de Reimer aos 22 meses devido a um problema na operação de circuncisão, a família descobriu o trabalho de John Money, que iniciou uma série de protocolos que incluíram a remoção dos testículos, tratamento hormonal, a mudança de gênero e nome, passando a se chamar Brenda. Esse ocorrido só foi descoberto por Reiner na adolescência, quando ele passou a não se identificar com o que era esperado socialmente de seu novo gênero e a apresentar dificuldades de sociabilidade; após isso, voltou a se identificar como um menino, realizou novas intervenções cirúrgicas e passou a usar o nome de David. Esse caso tem ainda alguns desdobramentos e acusações que não serão explorados aqui,²⁸ mas vale dizer que Reiner cometeu suicídio aos 38 anos e que Corrêa dedicou esse texto a ele, “cuja história foi o estímulo inicial para uma pesquisa que estou realizando” (Corrêa, 2010, p. 93).

Corrêa chamava a atenção para o fato de que, até aquele momento, o debate estava focado na discussão sobre se nascemos ou nos tornamos homens ou mulheres, e incluía uma série de críticas ao movimento feminista por ter abraçado a proposta de Money. Entretanto, o que foi ignorado no debate foi que Reiner já havia definido seu gênero quando tudo começou. E, ao contrário do que se dava a entender, o que essas práticas faziam era o oposto: tentavam impor uma suposta sincronicidade entre as convenções de gênero e o aparato biológico. Ou seja, esses profissionais

estavam convencidos, ou se convenceram, da necessidade de um substrato biológico, sexual, para a famosa “identidade de gênero”, isto é, que a coincidência entre sexo e gênero era fundamental para

28 O caso ficou mundialmente conhecido como John/Joan, nome atribuído por Money nas divulgações científicas que realizou sobre o tema e que apresentava como bem-sucedido, o que acabou por difundir o protocolo para casos de outros pacientes.

a identidade de ser humano. O que é importante ressaltar é o quanto suas, deles, médicos, experiências com corpos alheios, levaram a uma engenharia sexual aplicada em larga escala nos hospitais de todo o mundo desde aquela época até hoje. Desde então, e provavelmente em todas as grandes cidades do mundo (não sei se há dados sobre o tema em Lisboa²⁹), crianças que nascem portadoras do que agora se convencionou chamar de *sexo ambíguo* – e que classicamente eram chamadas de hermafroditas – são rotineiramente operadas, em sua grande maioria para se tornarem mulheres [...] A facilidade da operação é assim, clinicamente, posta em primeiro plano: meninos com “micropênis”, meninas com “clitoromegalia”, são reduzidos, ambos, a *meninas normais* – sem pênis e sem clitóris “aberrantes” (Corrêa, 2010, p. 96, grifo da autora).

Aqui vale ressaltar que a autora afirmava se referir a casos em que as cirurgias tinham um caráter apenas estético e eram realizadas em bebês ou crianças. O objetivo desses procedimentos não era uma “adequação a um parâmetro supostamente natural” e sim uma forma de “adequação a um padrão cultural esperado”, que significava uma mutilação desses corpos. Essas mutilações, realizadas em países ocidentais, eram passíveis de comparação às mutilações genitais realizadas em outras sociedades. Além disso, essas práticas não estavam limitadas às mulheres. Esse interesse reunia muitos dos tópicos que Corrêa explorou ao longo de sua carreira: direito, medicina, estudos de gênero e história da antropologia. Para deixar mais claro esse último aspecto, Corrêa não apenas buscava entender, como foi mencionado, as convenções da disciplina antropológica sobre esses fenômenos, mas também o seu silenciamento sobre a temática.

* * *

29 Esse texto foi desdobramento de um evento realizado em Portugal em 2004.

Para além de seu trabalho docente e de pesquisa, Corrêa foi assessora e participou de conselhos técnico-científicos da CAPES, CNPq e FAPESP (cf. Debert, 2018). Desde os primórdios da ANPOCS, criada em 1977, atuou como membro do comitê acadêmico da associação. Além disso, a antropóloga traduziu obras importantes das ciências sociais, como *Razões práticas: sobre a teoria da ação* (1996) de Pierre Bourdieu (1930-2002), *O selvagem e o inocente* (1990) de David Maybury-Lewis (1929-2007), e *Cultura do povo: sociedade e cultura no início da França moderna* (1990) de Natalie Zemon Davis (1928-2023). Ela também produziu diversos artigos para uso em sala de aula, uma necessidade evidente no início de sua docência, na década de 1970, quando havia poucos textos traduzidos. Parte desses esforços foi publicada na série Textos Didáticos, lançada pela gráfica do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. É interessante notar que essa prática de tradução era comum no Conjunto de Antropologia da Unicamp, que também traduziu *Pureza e perigo* (1976) de Mary Douglas.

Além dos periódicos mencionados ao longo deste livro, Corrêa atuou em duas iniciativas acadêmicas: o *Boletim do Conjunto de Antropologia* e o *Boletín Antropologías del Sur*. A primeira circulou na Unicamp durante a década de 1980 e tinha como objetivos divulgar as pesquisas em andamento, dar informes e publicar textos assinados por docentes da instituição. Já a segunda, produzida em colaboração com Esteban Krotz (1947-), buscava servir como um mecanismo de contato para a formação de uma rede de profissionais da área que trabalhavam com história da antropologia ou teoria antropológica na América Latina. Essa iniciativa foi publicada em 1994 e em 1995, com dois números, e resultou de discussões iniciadas em simpósios de congressos internacionais sobre essa temática, reunindo antropólogas e antropólogos da região.

Corrêa aposentou-se da Unicamp em 2003 e continuou colaborando na universidade por alguns anos posteriores. Foi no final dessa primeira década no novo século e o começo da segunda década que a antropóloga interrompeu efetivamente suas atividades acadêmicas. Corrêa faleceu

em dezembro de 2016, deixando muitas marcas na antropologia produzida na universidade brasileira. Ao todo, foram mais de 60 orientações em pesquisas, sendo 37 na pós-graduação (segundo dados de seu Currículo Lattes),³⁰ além de mais de 30 anos de docência e participação de grupos de discussão.

30 O currículo foi atualizado pela última vez em 2010. Segundo Debert (2018), foram orientados mais de 50 pesquisadores e pesquisadoras nos níveis de mestrado e doutorado.